

AUDIÊNCIA PÚBLICA 25NOV2010

Pauta: Debate sobre instalação de obras de arte em áreas públicas do Município

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Ricardo Faertes): Boa-noite, senhoras e senhores, esta é a audiência pública da Câmara Municipal de Porto Alegre, que tem por objetivo debater sobre a instalação de obras de arte em áreas públicas do Município.

Passamos à leitura do Edital: “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a instalação de obras de arte em áreas públicas do Município. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica, à comunidade porto-alegrense, a realização de Audiência Pública, dia 25/11/2010, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha, da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada na Avenida Loureiro da Silva, nº 255, Centro, para tratar sobre a instalação de obras de arte em áreas públicas do Município. Gabinete da Presidência, 27 de outubro de 2010. Ver. Nelcir Tessaro, Presidente.

Compõem a Mesa Diretora dos trabalhos: Sr. Ver. Reginaldo Pujol, Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Porto Alegre; Sr. Roni Marques Corrêa, Secretário Adjunto de Gestão e Acompanhamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Sr. André Venzon, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul; Sra. Anete Abarno, representante da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, e Sr. Ubiratan Fernandes, Presidente da AERGS, Associação dos Escultores do Rio Grande do Sul.

Prestigiam esta Audiência Pública a Sra. Ver.^a Sofia Cavedon, o Ver. Bernardino Vendruscolo e o Ver. Sebastião Melo; o Sr. Silvio Nogueira, do Movimento em Defesa da Orla; a Sra. Luisa Gabriela Santos, representante do Conselho Municipal de Cultura, Região Centro; Sr. Giovani Krug, representante do Instituto Cavaleiros Farroupilha; Sr. Cláureci Muruci, do Jornal de Artes.

O Ver. Reginaldo Pujol, Presidente desta audiência pública e Presidente em exercício da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Quero cumprimentar todos pelo prestígio da presença nesta Audiência Pública, a qual, como bem assinalou o nosso Mestre de

Cerimônias, destina-se à avaliação do Projeto de Lei em tramitação na Casa, que justificou a convocação pelo Edital já referido.

Quero, neste momento, além de saudar os integrantes da Mesa, esclarecer aos participantes e aos meus colegas Vereadores, aqui presentes, a metodologia que será utilizada no desenvolvimento dos trabalhos.

Inicialmente nós teremos o pronunciamento do requerente, Ver. Bernardino Vendruscolo, que disporá de 10 minutos para sua manifestação. Logo após, ouviremos os componentes da Mesa, cada um terá 5 minutos para sua manifestação, tanto para o representante da comunidade como aos senhores integrantes do Governo Municipal.

Posteriormente, teremos o pronunciamento da comunidade.

Serão dez inscrições – a serem efetuadas à minha esquerda, isto é, à direita do Plenário. Finalmente, nós temos as intervenções dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, que intercalaremos com as manifestações da comunidade. Como há um maior número de manifestantes da comunidade do que de Vereadores, nós ouviremos dois pronunciamentos da comunidade e um dos Srs. Vereadores, e assim progressivamente. Quero aproveitar para manifestar a minha alegria pela presença, entre nós, do Ver. Professor Garcia, Secretário Municipal do Meio Ambiente, o qual eu convido para compor a Mesa.

Repito, as inscrições para os pronunciamentos da comunidade dar-se-ão pelas inscrições, que deverão ocorrer à minha esquerda, isto é, à direita do Plenário. E, desde logo, saudamos o Professor Garcia. Eu inicio a fase expositiva da nossa Reunião, oferecendo a tribuna ao Ver. Bernardino Vendruscolo para que o mesmo a ocupe, no período de dez minutos, para exposição do seu trabalho que é, evidentemente, a razão e o motivo da nossa Audiência Pública.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente dos trabalhos, Ver. Reginaldo Pujol; demais autoridades já nominadas, cumprimento todos os participantes deste evento, quero cumprimentá-los carinhosamente.

Inicio fazendo uma justificativa dos motivos que nos levaram a propor este Projeto.

Ainda no ano passado, participamos de uma Reunião na Comissão de Educação, na Casa, em que não fomos bem contemplados. Foi sugerido que eu retirasse o Projeto. Evidentemente, eu, hoje, estou convencido de que este Projeto que protocolei lá em 2009 já merece reparos. Eu já me convenci, até porque ele não contempla estas exposições itinerantes, estas exposições temporárias e outras questões mais. Mas eu quero aproveitar este momento para referir aos senhores e às senhoras, artistas de um modo geral, todos, que nós aceitaremos, com certeza absoluta, as sugestões que vierem para melhorar a nossa proposta. Eu estou convencido de que a parte mais difícil, para mim, é conseguir transmitir o meu sentimento, enfim, os objetivos que me levaram a propor o Projeto. Dessa forma, e como estou aberto a aceitar sugestões, inicio mostrando aos senhores e às senhoras algumas figuras de obras de arte, de alguns monumentos que homenageiam, de uma forma ou de outra, segmentos, enfim, que são expressões que respeitamos, mas queremos discutir, até porque, se fossem obras colocadas em áreas particulares, nós nem teríamos esse credenciamento, mas como estamos tratando de obras instaladas em áreas públicas, vamos trabalhar no sentido de, quem sabe lá, ver, num breve espaço de tempo, obras de arte mais cuidadas, obras de arte, como venho dizendo, com uma relação com o ambiente, com o local.

Hoje, para se ter uma ideia, para iniciar, quando falamos em relação ao ambiente, ao local, podemos citar a “Índia Obirici” (Mostra a gravura.), que é belíssima, só que, parece-me, está num local escondido, ao lado do viaduto, do lado do prédio do INSS, que está abandonado, jogado, enfim, sem o devido cuidado. A minha vontade, nesse caso, seria a transferência para um local onde se pudesse ter uma visualização melhor, onde a sociedade pudesse contemplar, além dos cuidados em si da própria obra.

O “Gaúcho Oriental” (Mostra a gravura.). Essa obra foi colocada, naquele local, há 70 anos. O ambiente, nessa época, era bem diferente. Temos um viaduto ao lado, e poucas pessoas conseguem enxergar essa obra, que é maravilhosa, é linda.

Uma obra mais recente, me desculpem, mas, para mim, não foi tomado o devido cuidado, é a estátua de Jayme Caetano Braun, que está aqui no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, de frente para um lago malcuidado, poluído, com a passagem das pessoas, o passeio está aqui atrás, nas costas. (Mostra gravura.)

Quando do deslocamento do Monumento ao Laçador, nos venderam uma ideia e, na prática, aconteceu outra. (Mostra gravura.) Vocês lembram, os Vereadores lembram que aconteceu uma reunião aqui, neste Plenário, provocada por mim e aceita, evidentemente, pela Casa. O Executivo fez esse debate aqui, em que eu defendia que iríamos transferir o Laçador por uma necessidade, é claro, só que ele iria ficar escondido. Pois ele, além de ficar escondido, ficou num local de difícil acesso. Não há, por exemplo, uma plataforma para alguém que queira tirar uma fotografia, não há! Está lá um monumento tão importante para o Rio Grande do Sul, não só para Porto Alegre, sem o devido cuidado, basta ir lá, quem já foi ao local sabe do que estou falando.

Também vemos essa obra aqui no Parque Marinha do Brasil. (Mostra gravura.) Vemos esta outra obra aqui, próximo à UFRGS. (Mostra gravura.) Vemos esta obra aqui, que é uma homenagem, uma representação dos presos políticos do regime militar. (Mostra gravura.) Vemos esta obra aqui, no Gasômetro, onde nós, em um breve espaço de tempo, vamos ter – esperamos – um projeto que vai elevar a cidade de Porto Alegre, em razão da beleza do projeto. (Mostra gravura.) Ontem, eu tive oportunidade de ver maquetes desse projeto, está aqui, ao lado na Usina do Gasômetro. Está interditado.

Nós temos este monumento, que é a representação das cuias. (Mostra gravura.) E a esse, também, quero fazer uma referência. Eu defendo que a obra de arte teria que estar num local apropriado e ter uma relação com o ambiente. No meu entender, aqui, estaria um pouquinho desfocada.

De qualquer sorte, o que eu estou defendendo, aquilo que eu penso, aquilo que eu acho, eu gostaria de que os senhores e as senhoras entendessem como alguém que está tendo coragem de trazer e assumir abertamente, mas, ao mesmo tempo, se dispondo a aceitar sugestões.

Com certeza absoluta, se me faltar argumentação, eu defenderei, por derradeiro, duas questões. Se o Prefeito, para dar destino a uma área pública, pela Lei Orgânica, tem a obrigação, o dever e só consegue com um projeto aprovado por esta Casa, Ver.^a Sofia, Ver. Sebastião Melo; se o Prefeito, Secretário Professor Garcia, para dar destino a uma área pública precisa passar um projeto por esta Casa, não tem como uma Secretaria ou técnicos não agirem da mesma forma.

Por outro lado, o último argumento seria um argumento de apelo. Mesmo que as senhoras e os senhores, mesmo que as pessoas que aqui estão não concordem em absoluto com este Vereador, eu perguntaria: mas dá para ficar do jeito que está? Tenho certeza absoluta de que, neste momento, teríamos o apoio da grande maioria.

Por fim, para encerrar, quero dizer que talvez a gente possa, Professor Garcia, Secretário da SMAM, trabalhar para facilitar a adoção das obras de arte pela iniciativa privada, para que ela também tenha oportunidade de participar deste. E, doravante, quando os projetos forem protocolados, que venha junto quem fará, quem dará a manutenção. Obrigado, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Sr. André Venzon, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ VENZON: Boa-noite, Presidente, Ver. Pujol; aos demais presentes aqui na Mesa, ao público, quero cumprimentar os artistas que vieram representando as diversas instituições que defendem a liberdade de expressão estética e artística em nossa Cidade. Eu fiz algumas considerações rápidas e vou pedir licença para ler, nesses cinco minutos que tenho, para me manifestar em nome do Conselho Estadual de Cultura, o que já fiz hoje à tarde, nas nossas sessões de quintas-feiras, e, também, em nome da Associação Rio-Grandense de Artistas Plásticos, da qual faço parte do Conselho Deliberativo.

O Projeto de Lei do Vereador não é só um assunto polêmico, é a própria polêmica. É a polêmica da polêmica, porque a Cidade, os monumentos, as obras de arte públicas vivem numa polêmica de abandono, de vandalismo.

É importante dizer que a obra de arte precede a Cidade. Desde Lascaux, das cavernas, desde a arte rupestre, o homem já organizou o seu ambiente em torno dessas expressões. E, quando houve tentativa de transferir essas manifestações dos nossos ancestrais, sempre a sociedade se pronunciou, e não está sendo diferente aqui, se manifestou. Aliás, Napoleão e Hitler também gostavam de transferir as obras de arte de lugar. Eu acho que nós precisamos recuperar, antes de tudo, o conceito dos nossos espaços urbanos. Porque, lá na *pólis* grega, eles já sabiam colocar a obra de arte num lugar e construir os templos para as obras de arte, e não as obras de arte para os

templos. Então, os viadutos que foram construídos ao lado dessas obras de arte, eles que não consideraram o valor dessas construções.

Hoje, o que já é considerado patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre, o Museu Iberê Camargo, já é considerado uma obra de arte, um monumento, um prédio arquitetônico que foi construído para abrigar a obra artística do Iberê, um prédio considerado ideal para isso.

Se há séculos nós nos organizamos em torno de um espaço urbano central, não raramente ocupado por um monumento, uma estátua, alterar essa paisagem subjetiva da Cidade, mesmo que esses monumentos estejam ali escondidos, é alterar a história da Cidade. Nós precisamos esperar que haja todo um desenvolvimento das pessoas, da sociedade para fazer isso. Eu, pelo menos, não acredito que uma lei possa fazer isso.

Nós, artistas, eu acredito, preferimos as praças com os monumentos ainda que pichados, com vandalismo, a praças vazias, a uma cidade sem arte. Então, nós da Associação Chico Lisboa, cuja missão, desde 1938, é defender o direito de expressão dos artistas, defender a arte no Rio Grande do Sul, vamos manter a nossa posição de repúdio a essa lei, como já foi declarado anteriormente, inclusive através de um abaixo-assinado, e também a qualquer julgamento, a qualquer tentativa por parte desta Casa de julgar uma obra de arte, decidindo se ela participa ou não do espaço público. Quem conhece um pouco de arte, quem participa do sistema de arte conhece, sabe que já existe todo um processo de seleção por parte tanto do Poder Público quanto das instituições privadas que se lançam esse desafio de colocar, na Cidade, uma obra de arte. Não é um processo fácil, é bem complexo.

Nós não acreditamos que foi uma lei que criou um Davi e nem um Laçador, foi a vontade de alguém, e de alguém criativo, de um artista. E, se nós alterarmos isso, nós vamos estar alterando a história, nós vamos estar fazendo censura e regredindo na nossa democracia. Infelizmente, nós temos que ficar o tempo todo lembrando que vivemos numa democracia e que o direito à liberdade de expressão nos é garantido pela Constituição. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): A Sra. Anete Abarno, representante da Secretaria Municipal de Cultura, está com a palavra.

A SRA. ANETE ABARNO: Represento a Secretaria da Cultura na noite de hoje. Sou Coordenadora de Artes Plásticas do Município e também artista plástica. Eu acho que o André Venzon foi muito feliz na sua exposição com relação a todo o processo criativo dos artistas, a importância que isso tem na vida das pessoas, na Cidade.

Com relação à liberdade, eu acho muito importante a gente frisar que essa liberdade de expressão é importante. Como ele mesmo disse, é redundante, mas a gente tem que estar sempre lembrando que nós vivemos numa democracia e que a liberdade de expressão deve ser respeitada.

Com relação às questões que o Vereador apontou como, por exemplo, às vezes não estar bem adequado o espaço em que a obra está, com o decorrer do tempo – foi uma das posições que o senhor manifestou -, a Secretaria propõe que haja a formação de um conselho que pudesse opinar com conhecimento de todas essas questões das artes plásticas, como, de repente, ter que fazer uma transferência, como foi o caso do Laçador. Que esse conselho constituído de artistas, representantes da Prefeitura, dos órgãos da cultura, de obras, de meio ambiente, enfim, todos os aspectos que a Prefeitura cuida na Cidade, pudesse fazer essas avaliações nas obras que já estão na Cidade, muitas delas através de concurso público. E como o André falou, não é simples colocar alguma coisa na Cidade, tudo passa por um trâmite. Coisas que o Vereador colocou na Lei, tudo isso existe: precisa apresentar projeto, há discussões técnicas sobre a instalação e tudo o mais.

Então, a Secretaria propõe a formação desse conselho, que cuidaria de todas essas questões. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Sr. Ubiratan Fernandes, Presidente da Associação dos Escritores do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. UBIRATAN FERNANDES: Boa-noite a todos. Este ano já fizemos esta reunião aqui na Câmara de Vereadores, na Comissão de Educação e Cultura, em que manifestei a nossa contrariedade ao Projeto do Vereador, em função de que essas obras que estão na Cidade já fazem parte da estética, do seu acervo.

Eu teria muita dificuldade de falar para o Saint Clair Cemin, escultor que doou a obra “As Cuias”, a Roda de Chimarrão, que está proposta perto do Parque, que eu sairia com “As Cuias” nas costas e a levaria, talvez, para depois do Beira-Rio, ou seja, lá para onde for. Porque a Cidade, a partir de agora, vai começar a discutir critérios e lugares para cada obra de arte que está na Cidade.

Faz umas duas semanas que andei na Praça da Matriz, exercendo o meu direito de fotógrafo amador, e fiquei escandalizado com a destruição da Praça mais importante da Cidade, a Praça da Matriz. Está tudo destruído: o calçamento, os canteiros, as luminárias destruídas, os bicos quebrados, tudo pichado. E eu não estou inventando nada. É só sair daqui e dar um pulo na Praça da Matriz, na frente dos poderes, do Palácio, da Igreja, da Assembleia Legislativa. E eu me pergunto: a Praça da Matriz de Porto Alegre está destruída? Está, está destruída. Os monumentos da Cidade estão pichados? Estão, estão pichados.

Mas tem verba para recuperar esse material? Existe algum Projeto nesse sentido, para manter a Cidade um pouco mais civilizada? Não tem nada! Não tem dinheiro, não existe proposta nenhuma.

Os artistas ficam trabalhando e pensando: “Tá, eu coloco a minha obra num lugar público, e não interessa mais, terminou aquele assunto”. Não! Aquilo faz parte da identidade da Cidade. A gente devia estar pensando em fazer ou pensar coisas que pudessem preservar essas obras que estão aí colocadas, ao contrário de removê-las. Nós deveríamos fazer o contrário: pensar em como iluminá-las, como fazer o entorno delas melhor, como educar as pessoas para que preservem o patrimônio, e não o destruam.

E ficam falando em remoção ou em trocar obra pública de lugar! Vamos fazer o seguinte: vamos inverter a lógica da história. Vamos destinar verbas para embelezar essas obras, para mantê-las, para a restauração dessas obras. Não vamos fazer o contrário. Não vamos destruir a Cidade.

Gente! Vereadores, sinceramente, eu estou indignado com a destruição das praças e dos logradouros públicos. Eu não estou inventando, é só ir à praça. A Praça da Matriz está totalmente destruída, a Praça Garibaldi, todas as praças. Na Praça da Vila Conceição, na Zona Sul, onde eu moro, o pessoal aparece lá de 40 em 40 dias, ou de 50 em 50 dias.

Mas não existe dinheiro para preservar as áreas públicas, as praças, os logradouros? Talvez exista. Não o suficiente. Então, para a obra pública certamente não existe dinheiro nenhum para preservar. Agora a gente vai entrar no mérito da discussão de que a gente deve trocar as obras de lugar? Vamos pensar o contrário. Vamos tentar fazer uma parceria para ver se a gente consegue recuperar aquilo que está destruído. É o que eu proponho ao Vereador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Agradeço a participação do Sr. Ubiratan Fernandes, Presidente da Associação dos Escultores do Rio Grande do Sul. Iniciaremos agora as manifestações da comunidade, esclarecendo que o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Carlos Garcia, se resguarda para falar no final. O escritor Airton Ortiz está com a palavra.

O SR. AIRTON ORTIZ: Presidente, Srs. Vereadores, amigos, boa-noite. Participo desta Audiência para expor uma rápida reflexão a respeito da exposição de obras de arte nas áreas públicas de Porto Alegre. O assunto é antigo e envolve todas as cidades do mundo. Como ponto de partida, eu gostaria de ler uma pequena entrevista concedida pelo francês Marc Pottier ao portal iG e publicada na Internet no dia 22 de julho deste ano. (Lê.): “Marc Pottier tem um escritório de consultoria de artes plásticas em Paris. Após atuar em escritórios no Japão, EUA e França, Pottier começou a organizar uma série de exposições nos EUA, na Europa e no Brasil. Atualmente, está envolvido em diversos projetos de arte pública, como dois imensos jardins nos Emirados Árabes.

Pergunta: Qual a função da ‘arte pública’?

Resposta: A arte exposta no espaço público faz parte da qualidade de vida de um determinado lugar, remete a garantir ao público encontrar objetos de qualidade em seu dia a dia. Estou falando de obras de arte expostas em lugares que possam ter contato com o maior número de pessoas possível. O importante é que a exposição possa estar na vida normal das pessoas, na rua, no metrô, no aeroporto... São objetos que vão dar embasamento e uma estética diferentes à cidade.

Pergunta: os museus estão ficando obsoletos? Não. Quando se está visitando um museu, você entra num mundo à parte. Ao sair dali, voltamos ao normal. A arte no espaço público

permite que se coloque este tipo de experiência dos museus fechados no seu caminho. E isso pode ser arte definitiva ou temporária.

Pergunta: estas obras expostas nas ruas também poderiam estar em museus? Não, porque elas foram pensadas para outro lugar de exposição. A arte no espaço público precisa ter o público andando, em movimento, com prédios, trânsito, a agitação normal das cidades. Não tem nada a ver com exposições de museus. Não funcionaria no espaço fechado, porque não foi feita para isso.

Pergunta: essas obras dialogam com o espaço urbano? É possível criar uma outra atividade na comunidade. Cito por exemplo a Françoise Schein, artista da Bélgica. Ela trabalhou os conceitos de direitos humanos na favela do Vidigal, em 2002. Para isso, ela criou um espaço de discussão de arte, onde antes era um monte de entulho, poeira, lixo, na subida da favela. Hoje, é um organizado ponto de ônibus, com azulejos, um espaço para as pessoas esperarem sua condução. É uma forma de arte e uma experiência de vida, uma coisa útil em todos os sentidos.

Pergunta: Obras de arte também são formas de reurbanização? Claro, é a última utilidade de arte no espaço público. Em Chicago, por exemplo, as obras que ali foram colocadas (do indiano Anish Kaaour, no Milenium Park) são hoje visitadas por milhões de pessoas. Ouso afirmar que essas pessoas vão até lá para ver essas obras. As praças se revitalizam, porque atraem muitas pessoas ao local antes esquecido, isso melhora a imagem da cidade, com fotografias que rondam o mundo. Em termos de turismo, é um ganho maravilhoso.

Pergunta: O que se leva em consideração quando uma obra é feita para ficar no meio da rua? Tudo depende da região, os artistas estudam as funções da obra de acordo com os espaços. As regras públicas devem ser respeitadas, mas também precisam ir de acordo com a imaginação do artista. A luz é outra, o barulho é intenso em alguns lugares, a ação da chuva, do vento, tudo deve ser levado em conta.

Pergunta: Estátuas de personalidades e políticos, por exemplo, expostas em praças, também são obras de arte? Depende de como as enxergamos.

Pergunta: Uma estátua mais visitada do Rio é a do poeta Carlos Drummond de Andrade, na praia de Copacabana, o que o senhor acha dela? Acho que estátua de personagens reais, hoje, é uma coisa um pouquinho *démodé*. Prefiro uma instalação onde o público tenha a chance de descobrir o mundo da pessoa homenageada. Uma estátua é diferente de uma obra que tem elementos que vão entrar na personalidade da cidade ou mesmo da pessoa. Os artistas estão inventando outras maneiras de as gerações futuras entenderem quem foi a pessoa a qual se quer lembrar.”

Bem, como podemos ver, o assunto vem desde a Grécia Antiga. Quero, então, me deter numa frase de Marc Pottier, que imagino seja o tema central do nosso assunto (Lê.): "Os artistas estudam as funções da obra de acordo com os espaços, as regras públicas devem ser respeitadas, mas também precisam ir de acordo com a imaginação do artista". Em bom português, trata-se de um casamento onde os dois parceiros precisam estar afinados: artista e legislador, dependem um do outro. Quando isso acontece, quem ganha é a Cidade, ou melhor, o cidadão. Como ajustar a sintonia fina entre o artista e a Cidade? Acho que esse é o grande desafio.

A função do artista é renovar sempre, rompendo com os padrões estéticos existentes para o surgimento de novos padrões. O artista é um revolucionário, está sempre buscando o novo. Toda a arte precisa ser transgressora, e ela só tem sentido se nos induzir a uma reflexão sobre a nossa condição humana. A arte precisa inquietar.

A função do legislador, por outro lado, é regular os novos padrões que vão surgindo. O legislador é estabilizador. Toda legislação é conservadora, porque apenas normatiza algo que a sociedade já vem usando, digamos assim.

Precisamos compreender essa questão para só então artista e legislador trabalharem em busca do mesmo objetivo. Como fazer? Como ponto de partida, entendo que deva haver regras claras e bem objetivas regulamentando a parceria, regras que levem em consideração tanto a imaginação do artista, como quer Pottier, quanto os interesses da cidade; cidade que, no caso, se faz representar pelos Vereadores.

Não quero me alongar, mas entendo que, na verdade, é isso que estamos fazendo aqui. O resultado vai depender apenas da flexibilidade e da boa vontade de cada uma das

partes envolvidas, boa vontade essa que não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente, se fará presente, pois, afinal de contas, todos nós queremos o mesmo: transformar a nossa Cidade, Porto Alegre, num bom lugar para vivermos com os nossos filhos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Quero esclarecer dois fatos: primeiro, eu concedi mais dois minutos ao Sr. Airton Ortiz, e se os demais vierem a precisar desses dois minutos suplementares, será assegurado para estabelecer a isonomia. Segundo, Ver.^a Sofia e Ver. Sebastião, eu verifico que V. Exas. são os dois Vereadores aqui presentes, eu havia dito, inicialmente, que ouviria duas representações de parte dos artistas e uma representação dos Vereadores; farei três, intercalarei a quarta manifestação que será da Ver.^a Sofia, obviamente *ladies first*, e a sétima manifestação será do Vereador Sebastião Melo, intercalando com as manifestações da comunidade.

O Sr. Giovanni Krug, representante do Instituto Cavaleiros Farroupilha, está com a palavra.

O SR. GIOVANI KRUG: Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, vizinhos e vizinhas da nossa Cidade, represento aqui uma Entidade preocupada com a cultura, preocupada com os grandes eventos que nós vamos receber, preocupada, sobretudo com essas questões que o Vereador coloca. E considero que até aqui o Vereador já pode se considerar um vitorioso em relação ao assunto que traz, por quê? Rapidamente, eu perguntaria aqui para todos os presentes: quem, efetivamente, visita ou já visitou os nossos monumentos com regularidade, por favor? Vejo que não a maioria, mas uma grande parte. Isso é muito importante. De certa maneira, o público que está aqui tem a ver com o assunto, com a pertinência do assunto.

Nós tivemos, recentemente, um movimento cultural chamado *CowParedo*, em Porto Alegre, que, de certa maneira, ficou beneficiado, porque foram escolhidos os melhores pontos da Cidade para serem colocadas essas obras de arte. Fantástico movimento, a população curtiu, a população esteve presente, participou. Mas por que eu considero vitorioso o processo até aqui, mesmo com as manifestações que geram um questionamento? Porque se nós não fizermos nada, se não questionarmos, se não chamarmos a atenção para o estado das obras, para a relação direta com a comunidade, para a omissão, certamente, nós não vamos conseguir nada. Ainda ontem, participando

de um evento da Copa do Mundo – e tenho participado muito na qualidade de professor, educador, e de pessoa interessada também, de profissional interessado nesses grandes eventos que nós vamos receber –, questionavam, exatamente, a preocupação de que como a Copa do Mundo será um grande evento que vai afetar diretamente a todos nós, seja com oportunidades, seja com exposição na mídia mundial, seja com as perspectivas que isso representa sob o ponto de vista econômico, social, político para a nossa Cidade, para o nosso Estado, e que está sendo projetada para daqui quatro anos, quando, na verdade, é daqui a dois anos: em 2012 nós teremos que estar prontos ou pelo menos quase prontos. E muitas são as prioridades.

Nós temos dificuldades na acessibilidade, na locomoção; nós temos dificuldades nas questões de Educação e Cultura, inclusive com relação a esta Porto Alegre que nós vamos apresentar às pessoas que virão aqui, não para assistir futebol apenas, mas grande parte para conhecer quem é o gaúcho, o que é a cultura do gaúcho, o que é o churrasco, o que é que nos faz diferentes e especiais para nós mesmos.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, vizinhos e vizinhas, é muito importante fazer questionamento, sim; é muito importante que se tenha um aspecto crítico, que se lave a roupa suja aqui, que se prepare, que se mobilize e que se chame à responsabilidade não apenas aqueles que irão executar como responsabilidade maior seus ofícios, suas profissões, mas, acima de tudo, a responsabilidade que nós temos, na comunidade, de chamar a atenção do nosso vizinho, de chamar a atenção dos nossos amigos, enfim, ocupar posições para que possamos apresentar esta Cidade que nós amamos de uma forma que possa receber e que seja naturalmente lembrada por todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Sr. Eduino de Mattos, Conselheiro do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano Ambiental e do Conselho Municipal do Meio Ambiente. V. Exa. terá cinco minutos, prorrogados por mais dois minutos, se for necessário.

O SR. EDUINO DE MATTOS: Boa-noite, Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; cumprimento também os outros membros. Eu não sou, pessoal, um acadêmico e também não sou um entendedor de arte, sou um leigo. Estou aqui hoje, porque eu me importo com

esta Cidade – e é por isso que eu sou Conselheiro do Plano Diretor e também do Conselho do Meio Ambiente. Eu quero parabenizar o Ver. Bernardino Vendruscolo por mexer nesse abelheiro, porque isso é um abelheiro, e parabenizar o André Venzon, que também tem razão. Agora, com todas essas razões, as nossas praças e os nossos monumentos e estátuas estão abandonados, ninguém faz nada. Eu tenho vários amigos que são escultores, eu participo, de vez em quando, das reuniões no Centro Municipal de Cultura, na Av. Érico Veríssimo, onde se reúnem os escultores, é excelente conversar com eles, mas eu acho que eles estão devendo alguma coisa para a Cidade. Eles já deveriam ter feito um movimento para tentar salvar os nossos monumentos, e isso não foi feito. Mas questionar aqui é muito simples, questionar é simples. Mas por que não mexem no abelheiro como está mexendo o Vereador? É um bom momento para a população da Cidade vir para cá e botar essa discussão na roda.

Pessoal, eu quero dizer o seguinte: eu conheço todas as Praças de Porto Alegre e todos os monumentos da Cidade, um por um. Na Praça Garibaldi, por exemplo, a estátua do Giuseppe Garibaldi e Anita Garibaldi é um verdadeiro fiasco. Aquele lá é o maior monumento do Estado do Rio Grande do Sul, da Revolução Farroupilha. Não sou favorável a discutir Revolução Farroupilha, mas é o monumento principal. Por que não foi restaurado? Eu tentei conversar com alguns, e dizem o seguinte: “Não, os pichadores estão se expressando”. Isso é expressão, pessoal? Expressão é outra coisa, arte não é isso. Pichação é mexer com o público, com o privado. Quem paga por isso? Os meus vizinhos no Partenon, da Azenha até o Partenon, estão gastando horrores e não conseguem manter as frentes das suas lojas. Na Praça São Sebastião, acho que todo mundo conhece e sabe onde fica, ao lado do Colégio Rosário, aquelas quatro estátuas que estão lá têm muita importância para o Estado do Rio Grande do Sul, elas representam os quatro principais rios que nos abastecem de água – o Rio Jacuí, o Sinos, o Caí e o Gravataí. Vocês sabem como é que estão aquelas estátuas? Elas estão um farrapo. Elas são feitas de mármore Carrara, um mármore que vem da Itália, por que não foram restauradas? A Praça da Alfândega tem uma estátua, que é uma relíquia, do Barão do Rio Branco, que simboliza a República, com a bandeira nacional. Serraram o braço da estátua para vender. Agora, na restauração da Praça, eu questionei o responsável pelo

IPHAN, e ele disse: “Não, nós não vamos recuperar o braço da República”. Espera aí um pouquinho, a República é a República! Como é que a República vai ficar sem o braço?!

Pessoal, tem duas coisas que eu entendo muito bem, que são a ditadura e a democracia, pois eu passei pela ditadura, fui preso naquela época – eu tinha 18 anos -, quando fizeram um roldão na Praça XV. Então, de ditadura, eu entendo muito e eu quero dizer ao André Venzon que nós temos que ver muito bem isso daí, pois tem muito trambolho colocado nesta Cidade e que foi colocado pela ditadura militar. Outro detalhe também: nós não podemos permitir que a elite dominante fique colocando obras de arte! Isso tem que ser discutido com a população! No mínimo, o Conselho de Cultura da Cidade tem que chamar a população, fazer uma Audiência Pública como esta, dentro desta Casa ou na rua, propor vários pontos e aí nós vamos debater.

Então, pessoal, eu acho que essa é uma boa oportunidade para podermos debater, colocar as coisas na mesa.

A estátua localizada na Praça Otávio Rocha, uma Praça histórica, defronte à antiga loja Renner, é um vexame! O primeiro Prefeito de Porto Alegre... Olha, pessoal, eu não sou um historiador, não entendo de arte, agora, de estripulia, eu entendo, e esta Cidade está uma verdadeira bagunça!

Então, pessoal, essa é uma boa oportunidade para nós debatermos isso, o Conselho Municipal de Cultura tem que tomar uma posição, e eu quero fazer uma provocação aqui, principalmente para a entidade Chico Lisboa, que é mais forte: vamos encabeçar uma comissão e vamos cuidar desses monumentos da Cidade. Eu sou parceiro para isso. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra. V. Exa. terá dez minutos, Vereadora, é uma homenagem que faço à senhora e ao Ver. Sebastião por terem prestigiado a nossa audiência.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa-noite a todos já citados, nominados, à grande representatividade artística que está neste auditório, certamente não ocuparei o tempo de dez minutos, porque não tenho a competência técnica para discutir obra de arte na profundidade que dez minutos ensejariam. Este é o primeiro argumento pelo qual acho,

Ver. Bernardino Vendruscolo, que não cabe a esta Casa tomar as decisões sobre quais obras, em que lugares se colocam ou quando e como se retiram, Ver. Reginaldo Pujol. A nossa Cidade construiu mecanismos para isso, podem não ser perfeitos e talvez tenhamos que aperfeiçoá-los. Acho que o Eduino, quando coloca que a participação popular é necessária, está correto. O nosso Conselho de Cultura ficou cinco anos esvaziado, inexistente, tivemos que lutar muito para que ele se reconstituísse, e não tem a força, a representatividade, a valorização e o poder que nós gostaríamos que tivesse – acho que temos que repensar. O nosso Compahc, a Epahc e outras instâncias de participação, em Porto Alegre, deveriam ter evoluído muito também no tema da cultura, afinal Porto Alegre marcou o mundo e está inscrita no mundo por inovar em participação popular e em democracia. Então, nesse tema de quem decide, eu sou parceira quando nós indicarmos o caminho para a Cidade participar mais fortemente; para a Cidade opinar; para a Cidade viver momentos como este, discutindo, interagindo a sua manifestação cultural, o seu direito à cultura, à livre expressão, à troca de ideias, à pluralidade das manifestações culturais que a Cidade representa e colhe dos diversos povos e etnias.

Portanto, essa é a primeira divergência, Ver. Bernardino Vendruscolo, que respeito muito e que tenho muito carinho. Acho que V. Exa. tem dois argumentos fundamentais para propor um regramento e puxar para esta Casa. Acho que o primeiro argumento é que o Vereador é angustiado e é indignado. Mas essa é uma boa indignação, é com as condições das obras de arte na cidade de Porto Alegre, Ver. Bernardino. Acho que é correto, como o Eduino e outros trazem aqui, porque nós estamos banalizando e naturalizando demais as condições da nossa Cidade. Não são só as obras de arte que estão depredadas, pichadas, malcuidadas e sem condições adequadas para os cidadãos. Quando eu estava divulgando esta Audiência, o Juarez Fonseca me disse: “Sofia, olha as placas de rua! Elas são inexistentes, estão completamente apagadas – quando têm – ou estragadas”. Apresentou-me uma série de temas, e nós temos falado muito nas calçadas, nas paredes, nas fachadas.

A Cidade, na verdade, lamentavelmente sofreu um decréscimo no trabalho cotidiano de educação em relação com o que é público, de cuidado, de reparação, de serviço e de mobilização da sociedade para cuidar com carinho da sua Cidade.

Imaginem se a decisão fosse: “Puxa, está mal, eu retiro”. Aí, sim, menos ainda os jovens se depararão com marcas da sua identidade, do seu pertencimento e, mais ainda, tentarão imprimir essa marca, pichando, quebrando, porque é isso que os jovens fazem, porque também é uma manifestação cultural estragar a cidade. É um grito de alerta, é um pedido de socorro, de política pública de atenção, de espaço, de vazão da identidade, da necessidade da construção da identidade e da interlocução com a cidade.

Portanto, a saída não é retirá-las em função disso, é o que já está apontado aqui, é discutirmos políticas públicas de conservação, discutirmos procedimentos de planejamento. Ver. Professor Garcia, que está aqui pelo Governo; a colega, nosso Planejamento, quando pensa, quando aprova um projeto de uma perimetral, de uma nova via, de um empreendimento, tem que identificar o que há de memória, de história naquele lugar, para organizar, como os gregos. Obrigada, André Venzon, porque nós aprendemos aqui a nova Cidade, respeitando o que está instalado. Essa é uma das grandes discussões que temos aqui na Casa, que hoje tem uma Comissão paritária funcionando na Cidade sobre as Áreas de Interesse Cultural e a sua relação com os índices construtivos, com os projetos especiais, etc.

Quero trabalhar com um outro questionamento do Ver. Bernardino Vendruscolo, o da pertinência. Ele tem expressado, de forma muito franca, a sua indignação com o monumento das cuias. Já várias vezes brincamos com o Bernardino que aquele monumento ali é importante para nos fazer pensar, inclusive, sobre o movimento nativista, porque a obra de arte não é necessariamente para agradar. Isso eu sei; não sou uma artista, mas sei. Ela é para nos incomodar, a obra de arte é para fazer pensar. A alguns agradará; a outros, provocará espanto, nojo, indignação, mas está nos movimentando. Portanto, não dá para verificarmos se essa obra é agradável ou não, muito menos nós. Acho que é difícil na Cidade, mas quem dirá nós, Ver. Pujol, aqui na Câmara de Vereadores, que jamais poderemos substituir a cidadania e sim deveremos representá-la e deixá-la manifestar-se cada vez mais qualificadamente.

Um dos *e-mails* recebidos por mim, que reagiram ao convite, dizia assim (Lê.): “As obras de arte contam a história de um povo; um povo sem história é um povo sem memória”. Eu estava lembrando a cidade de Barcelona: o que seria de Barcelona sem Gaudi espalhado nas ruas da Cidade? Porto Alegre é linda, é maravilhosa, tem que ficar mais bonita, Ver.

Bernardino, é verdade, com um cuidado que não tem, mas não seria a nossa Porto Alegre se não tivesse as intervenções culturais que estão aí, e outras que nós queremos ver. Portanto, todo o poder à liberdade! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Cumprimento a Ver.^a Sofia pelo seu pronunciamento. O Sr. Sylvio Nogueira Pinto Júnior, que representa o Movimento de Defesa da Orla do Guaíba, está com a palavra.

O SR. SYLVIO NOGUEIRA PINTO JÚNIOR: Boa-noite a todos e a todas presentes nesta Audiência! O Vereador teve boas intenções. A intenção dele foi preservar a qualidade dos monumentos de Porto Alegre, mas, sobre as conclusões a que ele chega no seu Projeto, eu acho que ele está equivocado. Dentro da linha de pensamento sobre esta compreensão, acho que o André Venzon colocou a linha correta de como devemos ver uma obra de arte. Acho que é por aí, mas acho também que nós temos dificuldade de isolar as questões: uma obra de arte, ou uma praça, ou um espigão, e ficamos naquilo. Mas essas obras dialogam com o entorno e dialogam, mais ou menos, com a Cidade; elas não podem ser vistas como uma coisa isolada. Porto Alegre até que não tem muitas obras de arte, como outras cidades têm, como é o caso de cidades da Europa. Imaginem só se na Europa nos vamos começar a mudar as obras de arte se estão atrapalhando um pouquinho a rua, enfim. Isso não acontece lá, eles dão um jeito, e aquela obra de arte que foi “plantada” por um romano fica mais em evidência; se é no meio da avenida, eles põem na avenida e fazem todo o entorno, enfim. Não tem que mudar nada, obra de arte é obra de arte! Não existe regra para fazer obra de arte. Não estamos num regime nazista, não estamos em um regime que acha que a obra de arte tem que expressar a realidade somente. Há obras de arte que eu particularmente não gosto, mas eu defendo até a morte que o artista possa se expressar dentro da sua visão. Sobre a questão das cuias, que foi questionada, eu não simpatizo, também não tenho uma posição firmada sobre essa questão, mas eu defendi: tem que ficar ali. Por que modificar? Porque não gostamos, porque é feio? Mas o que é isso? Não! O artista tem que ter a liberdade de se expressar. Mas os problemas da Cidade não são as obras de artes – que estão sujas, ou mal localizadas – são a Administração Pública. Os nossos parques e jardins estão se

degradando; não existe segurança; não existe iluminação. Essas questões é que têm que ser discutidas.

Nós passamos um vexame, agora, com o Cônsul argentino, que foi prestar uma homenagem à cidade de Porto Alegre e pediu para a SMAM arrumar a Praça Argentina, porque estava meio desarticulada lá nas suas árvores. Precisavam arrumar a Praça, dar uma certa qualidade à Praça. A SMAM foi correndo lá para fazer um remendo, e fez aquele lado que vai na direção ao bairro, do lado esquerdo, um remendo, mas, do outro lado, está um lixo total. Para quem passa por lá é um horror. Então, a questão da Cidade não é a obra de arte que está suja ou está mal localizada, é saber de quem é a responsabilidade disso: é o Poder Público.

Esta Cidade, entre o século XIX e o século XX, teve obras de artes magníficas, que foram os nossos chafarizes, e que desapareceram! Não se sabe o que o Poder Público fez – tirou daqui, botou ali, desapareceram -, ninguém sabe, ninguém viu. Sobrou o quê? Sobrou aquela que está no Parque da Redenção, a única obra de arte magnífica feita pelos franceses, que tem em Pelotas e no Rio Grande, que tem exemplares de chafarizes maravilhosos.

Se o Poder Público não cuida da Cidade, se o Poder Público não cuida dos seus espaços públicos, as nossas obras de arte, onde quer que estejam, vão ser prejudicadas e depredadas.

Essa é a questão central, e nessa visão é que sugiro que o Vereador retire esse Projeto, para que possamos realmente discutir que Cidade queremos, que qualidade de vida queremos para a Cidade em especial – porque eu defendo a orla do rio Guaíba -, que qualidade queremos ter para uma orla do rio Guaíba que seja pública, de qualidade e que tenha muitas e muitas obras de arte estendidas pelos parques e na orla do rio Guaíba. É isso que acho que deve ser feito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Sr. José Francisco Alves, professor de Escultura do Atelier Livre, está com a palavra.

O SR. JOSÉ FRANCISCO ALVES: Boa-noite a todos. Realmente, o mote desta Audiência, provocada pelo Projeto polêmico do Vereador, é a questão que o meu

antecessor aqui colocou de forma esplêndida, é a questão da manutenção e da conservação; este é o problema. Nós vimos ali o Movimento dos Açorianos, produzido ali, mas quem foi no Monumento dos Açorianos da última vez olhou aquela situação que está há décadas daquele jeito, horrível, enfim...

O meu interesse pela escultura pública todos já sabem; eu dediquei quinze anos da minha vida para três livros sobre o Acervo da Escultura Pública de Porto Alegre. A minha paixão é a Arte Contemporânea, mas eu me interessou muito pelo patrimônio; inclusive, fiz um livro recentemente sobre a questão dos chafarizes, e essa tradição de obras de arte serem depredadas e sumirem de Porto Alegre é realmente muito antiga. Porto Alegre foi uma das cidades, na América Latina, que mais teve chafariz francês de porte, e foi a Cidade onde mais sumiram, isso há bastante tempo. Então, nós temos um pouco essa tradição, realmente, do patrimônio desaparecer.

A questão que nós vemos, o acervo que nós temos de arte pública, realmente, é um acervo, em Porto Alegre, diferenciado. Eu mesmo, um dos livros que eu fiz foi a sobre escultura pública de Porto Alegre, e o interesse foi tão grande pela Universidade de Barcelona, que lá ministrei um curso de vinte horas sobre esse nosso acervo, e também artigos, revistas, porque é um acervo importante. Quem menos valoriza esse acervo, principalmente, recentemente, somos nós, porto-alegrenses. A situação da destruição não encontra parâmetros em nenhuma cidade da América Latina, pelo menos entre as que conheço dos Estados Unidos, da Europa – até estou voltando da Europa, onde fiz mais pesquisas. Não existem parâmetros para o que está acontecendo. Então, evidentemente, isso revela alguma coisa.

Com relação às obras de arte, esse problema se agrava, ou seja, não encontram substituto. E o roubo é um problema tão ou mais grave que o vandalismo. A quantidade de obras que, desde 1999, sumiram em Porto Alegre, é inacreditável! Chamo de a “década da destruição” o período de 1999 a 2009.

Lembro de uma discussão que houve aqui na Câmara de Vereadores, e a Sociedade Partenon Literário solicitou à Ver.^a Margarete Moraes, solicitou à Prefeitura, o deslocamento de um dos bustos mais lindos que já se teve neste País, o de “Apolinário Porto Alegre”. Pois, a Secretaria Municipal de Obras e Viação analisou a possibilidade de tirar aquele busto da Praça Argentina e colocar num local mais visível. A Secretaria

Municipal de Obras e Viação foi contra e argumentou que não havia verba. Só que a Ver.^a Margarete Moraes, a Sociedade Partenon Literário e a Prefeitura de Porto Alegre não se deram conta de que aquele busto havia sido roubado.

Com relação aos roubos, seria interessante cobrar o que a Prefeitura fez nos últimos dez anos com essa destruição? Quantos processos existem? Quantos inquéritos administrativos existem? O que o Poder Público Estadual, que é a Polícia, pôde fazer junto com a Prefeitura? Temos que ver. Provavelmente nada foi feito.

Então, acho que a preocupação do Vereador, que iniciou muito mal, ela pode dar o resultado, enfim, útil para a nossa sociedade, principalmente em salvaguardar o patrimônio que ainda resta.

Sem dúvida nenhuma tem que haver critérios. E a maioria das obras, por incrível que pareça, que estão mais depredadas, foram aquelas feitas com critérios. A Prefeitura Municipal até avalia bem a questão da instalação, mas o que não existe, nunca existiu, é a questão da manutenção e da conservação, que é um dos estímulos a esse vandalismo tremendo, porque aquilo que está sendo cuidado é mais difícil sofrer o que vêm sofrendo as obras de arte.

Então, essa tarefa administrativa a cidade de Porto Alegre não cuida, ela não cuida da qualidade do espaço físico, não só da manutenção das obras de arte, mas da qualidade dos equipamentos que tantas cidades valorizam. O Camelódromo, por exemplo, era uma obra necessária, cumpria uma função, mas, na semana seguinte à da inauguração, a obra já estava velha, com concreto de péssima qualidade, tudo de péssima qualidade. Você vai a qualquer cidade ou, por exemplo, você vai a Florianópolis, a qualidade das paradas de ônibus, dos postes; aí, indo em direção ao Norte do Brasil, é outro País, no que diz respeito ao espaço urbano. Então, resumindo, não existe o mínimo de manutenção e de investigação de tudo isso que ocorre, não só dos roubos também. Se houver investigação, consegue-se diminuir também essa onda de vandalismo que não tem precedente, afetando as obras de arte de uma maneira terrível, ficando como a situação mostrada em fotos pelo Vereador, que é um horror. Todos sofrem na Cidade, foi citado aqui, o que os pequenos empresários sofrem com a questão da pichação é uma maldade tremenda, porque eles têm que pintar e repintar; é uma situação terrível. Basta ir a uma avenida como a Av. João Pessoa, Av. Getúlio Vargas, isso sem falar em outros espaços.

Resumindo, sobre o Projeto, só considero um equívoco do Vereador quando ele – eu questiono, mas podemos continuar conversando – diz que tem que haver lei para obra de arte. Não tem que haver lei, porque não precisa de lei para se construir uma ponte na Av. Ipiranga, não precisa de lei para se construir um hospital ou um centro de cultura, não precisa de lei para esses próprios municipais. Eu acho que a Câmara Municipal não é o órgão para avaliar tecnicamente essas medidas que existem aqui ou o que está sendo pedido aqui, que é o que a SMAM pede, de um modo geral, para instalar uma obra de arte. Então, resumindo, essa destruição, a partir de 1999, deve revelar algo que se passa em nossa Cidade.

Os Vereadores, eu acho, queriam criar normas, criaram uma Comissão Municipal de Arte Pública, como Florianópolis, por exemplo. Os Vereadores precisam atuar mais onde eles não atuam como eu gostaria que realmente atuassem na fiscalização, na cobrança de providências das autoridades sobre o vandalismo e sobre os roubos, que é algo que, infelizmente, não tem sido feito. Os Vereadores são os nossos primeiros fiscais da Administração Pública. Muito obrigado. Boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Pela ordem de inscrição, convido a Sra. Luisa Gabriela Santos, do Conselho Municipal de Cultura, para ocupar a tribuna.

A SRA. LUISA GABRIELA SANTOS: Boa-noite a todos, ouvi belas falas aqui, vou ver como é que eu posso me colocar, vou ter que me colocar como uma leiga, assim como o companheiro Eduino. Sou representante do Conselho Municipal de Cultura, mas também represento os jovens artistas. Estou em formação no Instituto de Artes da UFRGS, interesse-me muito por essa pauta. Inclusive, no Conselho Municipal de Cultura, estive levantando esse debate sobre o Projeto de Lei do Ver. Bernardino, porque achei muito significativa essa pauta, que é muito pouco debatida em função das pautas urgentes que nós temos na cidade, de moradia, de saúde, educação e etc.

O Conselho Municipal de Cultura esteve cinco anos desativado, faz um ano que ele está retomando as suas atividades. Então, está muito difícil a gente saber como lidar com as coisas e como agir. Também a relação com a Prefeitura é complicada. Inclusive, na última reunião que tivemos, foi uma representante da Secretaria da Copa falar sobre os recursos

que seriam destinados à área da cultura, e ela, infelizmente, não respondeu nada, não nos falou nada, e nós ficamos sem saber o que iria ter, e foi bem difícil. Dentro dessa questão do incentivo ao patrimônio, atenção ao patrimônio, poderia ser um projeto para a gente discutir. Eu até peguei o contato do Eduino, para a gente poder construir alguma coisa, porque eu também estou aprendendo.

Gostaria de parabenizar todos, porque é muito significativo que este plenário esteja cheio de artistas, porque é muito difícil viver de arte, ainda mais estar podendo debater as questões da cidade. Gostaria de parabenizar, também, o Eduino que trouxe questões muito significativas, que é a questão das instituições estarem colocando a sua visão de arte, e que determinadas obras de determinados grupos estejam sendo colocadas na cidade, enfatizar que é importante que a comunidade artística seja valorizada, os artistas locais. Nós temos uma lei, que é a Lei Carrion, que prevê a colocação de obras de arte em espaços públicos e não está regulamentada, e nós, do Conselho Municipal, vamos tentar trabalhar com isso, para que os artistas locais tenham oportunidade de colocar o seu trabalho na rua, que a cidade seja ocupada pelo trabalho dos artistas locais que também são muito bons artistas e precisam ter o seu espaço. Nós participamos em maio, deste ano, da reunião da CECE, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que estava debatendo o Projeto de Lei do Vereador, e nós também nos colocamos em discordância ao Projeto. Gostaríamos de nos colocar à disposição para continuarmos debatendo e poder construir essa questão da atenção ao patrimônio e da preservação, que a gente possa trabalhar a questão da arte e educação, que as pessoas entendam qual é o valor da obra de arte, que não sejam colocadas num lugar, e as pessoas ficam sem saber o que é aquilo ali, para que serve, porque a arte contemporânea é muito difícil para a gente compreender, porque há muitas questões muito novas. Então, a gente precisa trabalhar isso com a comunidade, também, e enfatizar a importância de que o decreto-lei que constitui a Comissão Técnica Permanente de Gerenciamento e Avaliação das Obras de Arte em Espaços Públicos seja homologado pelo Prefeito. Queria pedir ao Prof. Garcia e à Anete, das Artes Visuais da Prefeitura, para que essa Comissão possa existir e possa ser integrada por técnicos, por artistas e pela comunidade da Cidade, também, e que possam ser discutidos esses temas tão pertinentes. Quero dizer que é muito significativo essa proposta do Projeto do Ver. Bernardino, porque, quando a comunidade artística e

quando a comunidade porto-alegrense é chamada, elas comparecem, e nós temos profissionais muito qualificados, que precisam estar integrados no debate. Nós precisamos de mais iniciativas, onde os Vereadores possam estar atendendo à questão da arte e da cultura.

Outra coisa que eu gostaria de comentar e aproveitar é sobre a importância de se respeitar a diversidade e o incentivo ao crescimento, através de participação, onde as manifestações e produções, e produtos da cultura sejam respeitados nos espaços públicos, porque nós tivemos em Porto Alegre várias ações de grupos de teatro, e, na própria Feira do Livro, uma artista que fez uma manifestação foi presa. Então, nós não podemos ter uma cidade, onde as atividades culturais, nos espaços públicos, sejam vistas como atividades criminosas. Eu cresci em uma cidade onde a rua era um espaço de criação artística.

Nós não podemos permitir que a correria do dia a dia e esse sistema neoliberal façam com que as pessoas não vivam mais nas cidades, que elas, simplesmente, passem por elas, isso é descabido, é um problema de saúde. Nós vamos ficar doentes, as pessoas vão ficar doentes, nós todos, os nossos filhos, de todo mundo, não é o meu, o teu, ou da pessoa que anda ali no centro da Cidade.

Então, é isso, representando o Conselho, eu quero dizer que estamos atentos e gostaríamos de estar participando do debate. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Ver. Sebastião Melo está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Prezado Presidente Reginaldo Pujol, saudação coletiva a todos os participantes, aos meus dois colegas, autores da proposição, colega, Vereador e companheiro de Bancada, a nossa futura Presidenta, Sofia Cavedon; eu quero dizer as razões que trouxeram a esta Audiência. Eu acho que os casamentos da democracia representativa com a democracia participativa fazem uma Cidade muito melhor. Eu acho que, graças a Deus, esse conflito está superado, porque, por muitos anos, houve uma falsa discussão em cima disso. No fundo, o tema é fascinante, e a democracia tem essas coisas, o Ver. Bernardino é meu colega, é meu companheiro de Bancada, mas tenho profundas divergências com a matéria aqui proposta.

Uma Cidade é como uma pessoa, ela tem cérebro, tem coração, tem perna, tem braços, e dentro disso, você tem a expressão cultural. A arte só é arte porque ela é desinteressada. Se eu for falar em interesse, poderia dizer, por exemplo, meu querido historiador, Jorge Barcelos, que eu tiro um monumento e boto um posto da Brigada Militar. Eu não posso fazer isso. Eu tenho as profundas discordâncias com uma das ditaduras mais sanguinárias da América Latina, que matou milhares de pessoas, Professor Garcia, que foi a ditadura que se instalou na Argentina por longos anos; e esta Cidade teve a capacidade de um dia dar uma placa ao seu General Videla, que está na Praça Argentina, mas isso faz parte da história desta Cidade! Ver. Bernardino, talvez a riqueza desta Audiência é que não deve parar essa discussão, porque aqui tem uma questão, sim, de reger os espaços públicos, mas não a produção. Acho, sim, que a responsabilidade é do Poder Público. O meu diligente Ministério Público, que está sempre de plantão, tem agido pouco nessa área, não é verdade? E vou dizer que nós mesmos também, porque o papel fundamental de um político, numa casa legislativa, por último, é fazer leis. Se leis resolvessem o problema do Brasil, nós seríamos a Suíça do mundo. Aliás, para reger essa matéria, há leis suficientes – mais do que suficientes -, porém as leis não são cumpridas. Então, eu diria que é um rico debate, porque o artista é vanguarda da sociedade! E a Débora, Diretora da Escola do Legislativo, me dizia que o primeiro artista da humanidade foi um agricultor que interveio na terra e teve a coragem da vanguarda de fazer mudanças criativas. Portanto, ele quebra paradigmas. Por isso eu posso, evidentemente, como todos, detestar uma obra artística, mas eu sou o primeiro da fila para que ela permaneça exatamente onde está. Por isso eu acho que há um longo caminho aqui. A cultura não tem sido para os Governos! Não sejamos injustos! Isso é uma matéria que, entre o asfalto e a expressão cultural, por dificuldades as mais diversas, ganha o asfalto! Mas eu acho que, nesta questão, entra aquilo que na administração moderna tem dado certo, que é a parceria. As empresas se deram conta de que, cada vez mais, investir em cultura é um grande ganho. Por isso eu quero saudar V. Exa., mas aí também, Ver. Bernardino, eu acho que um espaço adequado, que talvez não seja nesta Audiência Pública... Eu quero dizer que fui aqui um ferrenho defensor para que esta Cidade não faça mais Projeto autorizativo, porque estou autorizando aquilo que já está autorizado por Lei, tenho posição pública sobre isso. Então, quando V. Exa. diz que o

Poder Público poderá colocar naquela localidade ou não, acho, sinceramente, Ver. Pujol, que este Projeto está dentro daquela questão. Porque, se V. Exa. tem o intuito de fazer uma lei de regramento, mas lá num dos artigos coloca: "...caberá ao Executivo autorizar a instalação da obra de arte no local indicado em lei ou escolher outro, no âmbito do Município de Porto Alegre, observando os seguintes critérios..." Então, aqui, nós estamos dizendo que aprovamos, mas dizendo ao Executivo que ele coloque lá ou não. Essa matéria é tão importante que V. Exa. utilizou-se do instrumento mais poderoso que a Casa tem, que é a Audiência Pública.

Acho que nós não podemos perder essa discussão, que precisa continuar. O momento, hoje, no mundo, é que a população urbana passa a ser majoritária nos bilhões de seres humanos. No Brasil, chegamos a 83% dos 190 milhões. Hoje, os carros ganham das pessoas; os espaços urbanos estão degradados, os recursos diminutos. E eu diria que esta matéria não se trata com senso comum. Nós estamos vivendo um processo civilizatório, em que muitos intelectuais tratam isso de várias formas em vários momentos. Aqui tem uma coisa chamada educação. Não há dinheiro nem guarda municipal para colocar ao lado de cada monumento. Nem neste Governo, nem nos futuros da história desta Cidade. Isso é uma questão cultural, uma questão de educação. Nós estamos vivendo um processo civilizatório!

A história de cada monumento desta Cidade, que tem 237 anos, de uma Capital que nasceu com o rio e que ao longo de todos esses anos tem avançado, acho sinceramente, se eu comparar com mundos urbanos, é uma cidade que tem coisas fantásticas que outras cidades não têm.

Temos muito que avançar, sem dúvida alguma. Mas nesta matéria eu sei que não foi essa a intenção, eu li a Exposição de Motivos, mas manutenção, sim, zelo, sim, não só pelas estátuas, não só pelos monumentos, mas pela Cidade. Mas, evidentemente, eu não posso permitir uma vírgula, meia vírgula na produção artística do ponto de vista de intervir. O que a Casa tem que fazer, na minha avaliação, é incentivar a cultura, meu caro Diretor Jorge, e fiscalizar.

Eu sou alertado de que já ultrapassei o tempo e agradeço a gentileza. Mas meus cumprimentos, Ver. Bernardino, porque é a riqueza da democracia que me dá o absoluto direito de vir aqui, de forma respeitosa, dizer a um colega Vereador, a um colega de

Bancada, que, nesta causa, eu penso de maneira diferente. E muitos dos senhores não estão aqui todos os dias e podem não acreditar nisso, mas é assim: esta Casa é o estuário da Cidade, é a consciência da Cidade. Aqui não tem Vereador melhor ou pior do que o povo. O povo está representado nesta Casa, o que nos permite este belo e extraordinário debate do contraditório. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Já nos encaminhamos para a terceira etapa, que é a oitava da comunidade. Temos três derradeiras inscrições: Isabel de Castro, Emília Gontow e Jorge Barcellos. De imediato, ofereço a tribuna à Sra. Isabel de Castro, da Coordenadoria da Bienal B.

A SRA. ISABEL DE CASTRO: Boa-noite a todos, eu serei breve diante das palavras das pessoas que me antecederam. Eu represento a Bienal B, que é um movimento de artistas independentes de Porto Alegre. Nós defendemos todas as manifestações artísticas e os artistas locais.

Sou artista e professora, eu exerço essa função, eu vivo disso, do meu conhecimento também, e quero falar sobre a questão dessa lei que é proposta.

Não podemos concordar, porque ela está pautada em arbitrariedades e questões de gosto. Foi incrível que, quando foram mostradas as esculturas contemporâneas, elas não foram nomeadas. Não se sabe quem fez, não se sabe o nome; apenas as tradicionais. Nós sabemos que uma cultura se forma não só pela tradição que ela preserva, que é importante, óbvio, mas também pelas contribuições contemporâneas que vão criando, construindo e renovando essa cultura.

Sobre a questão de designar as obras de arte para o espaço público, concordo com várias pessoas que já falaram, que não é uma questão de julgar essa produção. Para isso há critérios artísticos e há pessoas que podem julgar isso com propriedade, pois se formaram para isso.

Há uma parte dessa lei com a qual concordamos, que é a manutenção não só dessas obras tradicionais, como das obras contemporâneas e de quaisquer outras que puderem ser criadas e instaladas.

Diante dessas duas características da cultura, de preservação da tradição e também desses valores novos e contemporâneos, é que nós julgamos que essa proposta é equivocada no sentido de querer mudar de lugar algumas obras. Essas obras, fazendo parte e sendo legítimas dentro desse espaço da Cidade, nós julgamos que não devem ser mudadas. Se a Cidade se construiu em torno delas não foi por acaso, todas as coisas estão se inter-relacionando. Nós achamos que deve haver uma manutenção, e essa manutenção deve ser exercida pelo Poder Público. Isso não está sendo cumprido. E nós, artistas, podemos exigir isso, devemos exigir. É uma questão não só de memória, como também de construção da nossa cultura. Nós podemos transformar essa proposta, que começou equivocada, numa ação de manutenção do nosso acervo urbano, não só no sentido de manter o que já existe, mas de renová-lo com as novas contribuições. Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): A Sra. Emília Gontow, da Associação dos Ceramistas do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

A SRA. EMÍLIA GONTOW: Boa-noite a todos. Eu cheguei um pouco abalada com o assunto, um pouco estarecida e não pude aplaudir o André mais por estarecimento, queria ter te aplaudido pelas coisas que tu colocaste, que foram excelentes. Ouvindo todo mundo fica um pouco mais fácil fazer colocações, determinadas coisas, eu quero mais é reiterar.

A obra do artista, quando passa por concurso público, passa por editais. Realmente, é um processo sofrido uma obra chegar a vir a público. Para uma obra ser colocada – vou citar um pouco de nomes, pois eu me situo melhor para falar -, as cuias, por exemplo, para serem colocadas lá, elas penaram. Então, começa com muito estudo. Às vezes, é um convite, é uma ideia, às vezes o artista se oferece. Tem muito estudo para o projeto ser lançado, antes de ser aceito, de se ver se a obra vai para aquele lugar ou não. Esse artista passou por um estudo para o seu próprio preparo, ele estudou para colocar aquela obra, ele estuda o ambiente, existem desenhos, projetos, e isso é apresentado. Aí é que vai ser aprovado para ser colocado em um local público. Não é fácil esse caminho.

Eu fico pensando, não sei se os meus colegas concordam, que muitos artistas plásticos iriam gostar de meio por cento da verba que é destinada para a construção de estádios de futebol. Acho que meio por cento dessa verba... Olha, tem muito artista que está sedento por isso. (Palmas.) Meio por cento, gente! Existem mecanismos de seleção, não é um caminho fácil, e as obras dos artistas plásticos que estão colocadas em locais públicos não foram colocadas aleatoriamente, não é aquela conversa de que o artista “louqueou” e resolveu botar uma obra na rua. Isso passa pelo estudo do próprio artista, passa por estudo para o projeto ser aprovado. E o artista conta com que a obra vá ser cuidada pelas instituições da Cidade. Quem é que cuida da limpeza da Cidade, como largamente foi explanado aqui?

Foi colocada uma questão, que é o que me moveu, realmente, a vir aqui; é uma das coisas que foi citada quanto à elite colocando obra de arte na Cidade. Gente, isso é falta de educação. Obra de arte é feita por artista plástico. Artista plástico é qualquer um. No Instituto de Artes, no Atelier Livre, artista plástico, necessariamente, não tem dinheiro – aliás, a maioria não tem. Não está relacionado ser artista plástico com dinheiro e com elite. É uma questão de educação. Eu fiquei me perguntando: quem aqui que costuma frequentar museu de arte? Quem aqui costuma frequentar galeria de arte? Aí, vamos poder discutir um pouco mais a questão da obra de arte.

No mundo inteiro, como foi aqui citado, as obras em todos os países mostram, realmente, que quanto mais obras de arte, seja nos museus, seja nas galerias e, principalmente, nos locais públicos, quanto mais arte, mais vida tem no local.

Nós sabemos, quem estuda Artes Plásticas sabe, quantos artistas que se conhece muito, como os impressionistas – se fala muito desse período -, quantos impressionistas foram repudiados, negados? Não se gostava da obra deles no momento da sua contemporaneidade. Quantas coisas o Rodin – que todo mundo conhece -, quantas esculturas ele fez que não agradaram?

Essa questão faz parte de um trabalho que é contemporâneo. Na contemporaneidade, o artista produz e nem sempre ele agrada, porque a função da obra de arte é incomodar. É uma função da obra de arte: questionar, incomodar.

Uma coisa é obra de arte, outra coisa é monumento, outra coisa vai ser o artesanato, todas elas valorizadas, mas cada uma na sua instância. Obras de artes contemporâneas,

que são essas obras públicas que estão aí, são para questionar. Ser questionado incomoda. Então, é assim.

Eu acho que, em princípio, é isso que eu queria colocar e reforçar a questão de que este Projeto abre uma discussão. Acho que reforçar a questão da limpeza, da conservação da Cidade, a preocupação com o meio ambiente é fundamental. Acho que é por aí. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Sr. Jorge Barcellos está com a palavra.

O SR. JORGE BARCELLOS: Boa-noite a todos, quero parabenizar o Ver. Bernardino, acho que ele está trazendo um debate extremamente importante aqui para a Câmara de Vereadores. Ele está conseguindo tocar num tema que cabe, enfim, é um debate bastante importante. Na verdade, não é um debate que se faz só agora, há mais de duzentos anos temos debates que envolvem filósofos, estudiosos e artistas sobre a natureza da arte.

Eu lamento, porque cheguei um pouco atrasado, mas até onde eu pude observar, aqui emergiram questões de vários níveis, níveis que são de ordem eminentemente práticas em nível do Município e que têm relação com os monumentos já instalados em nossa Cidade, emergiram questões relativas à socialização no campo educativo, enfim, às demandas sobre educar no campo da arte, e surgiram questões que me parecem ser as mais centrais, que é o ponto a partir do qual surgiu a pergunta do Ver. Vendruscolo.

Eu acompanhei o trabalho do Vereador e sei que ele é um entusiasta da Cultura, mas, ao mesmo tempo, por ser Vereador, ele representa o questionamento que parte da nossa sociedade faz sobre a produção artística contemporânea. E isso significa, talvez, retomar um pouco, e é isso que cabe à Câmara, pensar nas próximas etapas. Esta discussão não pode terminar aqui, esta discussão continua com a contribuição que a Escola do Legislativo pode fazer durante o próximo ano, na próxima gestão da Ver.^a Sofia, que tem muito a trazer em termos de organizar seminários em que esse tema possa ser discutido. O Memorial, ao qual eu pertencço, pode também colaborar, porque se todos nós defendemos, em primeiro lugar, o princípio da liberdade, em primeiro lugar, como princípio, a qualidade da democracia, é, de fato, verdadeira uma concepção que é colocada pelo filósofo francês chamado Paul Virilio. Ele tem três obras que não foram

traduzidas ainda, onde ele trabalha a arte do nosso tempo, e ele quer lançar a discussão que me parece ser extremamente importante para, talvez, responder ao Vereador, e aí talvez responder àquela parcela da sociedade que questiona os monumentos que há na sua cidade, que é a pergunta sobre a ética do campo artístico, da produção artística contemporânea. E isso significa – o que o Virilio faz –, com relação a alguns determinados e muito precisos objetos, que a produção artística tem produzido no mundo contemporâneo, que são principalmente aquelas obras que incitam à violência, que contradizem os direitos humanos e que atentam àqueles elementos que são preciosos na democracia.

Então, quando o Vereador coloca um Projeto como este, ele está, de alguma forma, dizendo que existe uma pergunta na produção da arte contemporânea que os artistas não puderam responder ainda com qualidade à sociedade. E essa é a pergunta que cabe ao Legislativo, abrir espaços para tentar buscar responder.

Eu acho que, por exemplo, um dos temas fundamentais é discutir a própria Cidade como objeto artístico. Acho sim que é importante discutir o que significa – e os artistas que fazem isso precisam ser colocados diante do seu público para mostrar o significado, porque é preciso, sim, como já foi dito aqui por alguém: é preciso educar a nossa sociedade porto-alegrense em relação à arte contemporânea. E aqui nesta Câmara nós tivemos muitos exemplos disso. O público que está aqui não sabe qual é o debate. O debate que existe aqui é para que determinadas obras sejam expostas. Então, incentivar os órgãos e a Câmara para que possam fazer um debate sobre a natureza do belo artístico na contemporaneidade, que possam discutir com os artistas e mostrar o significado de determinadas obras que são, por sua natureza, polêmicas – esse espaço é que precisa ser aberto e o Parlamento e alguns setores têm condições, e que poderão colocar, lado a lado, artistas e o público. Acho que é isso que é um debate sobre natureza da arte. Obrigado. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Peço vênias para fazer um registro que já me havia sido solicitado há mais tempo, registrando a presença do Sr. Paulo Roberto de Carvalho Ferro, Presidente da Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, que nos dá muita alegria e muita satisfação ao prestigiar esta Audiência Pública.

O Sr. André Venzon, nosso convidado especial, integrante da Mesa, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ VENZON: Eu estou ansioso para escutar o Professor Garcia, então meu pronunciamento final será bem breve, falo em nome da Associação Riograndense de Artes Plásticas e do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, em nome dos artistas e das pessoas que defendem a Cultura em nosso Estado, nós vamos continuar nessa luta apaixonada, defendendo os artistas que desaparecem, como nosso Xico Stockinger, porque nós não queremos que as obras deles desapareçam da Cidade. Nós tivemos vários exemplos aqui.

Realmente, eu não vivi em outros tempos, apesar de ter me reportado a eles, mas, na minha experiência pessoal com essa história de monumentos na Cidade, participei de um concurso público para a construção de um monumento que marca os cem anos da imigração judaica no Brasil, que aconteceu aqui no Rio Grande do Sul, e, em 2004, foi objeto de concurso. O monumento, que mudou de nome, está localizado ali na Av. Osvaldo Aranha. Algumas coisas mudam, e a gente perde a relação desses lugares com a história. Esse monumento que está lá é uma obra de arte, poderíamos dizer que é um projeto artístico contemporâneo; ele é exatamente o fragmento de uma das pilastras do Cinema Baltimore, que foi demolido neste mesmo ano de 2004. E por que essa pilastra, esse fragmento da paisagem ainda está lá? Porque, no local do Cinema Baltimore, foi construído o primeiro Círculo Social Israelita, o primeiro núcleo escolar israelita, onde ocorreram muitas comemorações. Aquele Bairro é característico, em Porto Alegre, pela presença de judeus, ali está um marco dessa chegada. Esse monumento já foi pichado. Depois da seleção, feita por uma comissão especializada, com participantes do Poder Público, no momento do projeto foi feita uma série de exigências; a que mais me chamou a atenção era a de que, no projeto, já deveria estar prevista a iluminação do monumento. Assim foi feito; foi incorporada a iluminação ao projeto, de modo que não se criasse, também, uma poluição visual maior do que os nossos postes, com intensa fiação, já fazem nessa paisagem urbana. Inclusive, na época, foi removido o poste; e ficou, então, todo o entorno liberado no eixo daquelas ruas, principalmente na Rua Fernandes Vieira. Foi exigido que no projeto fosse desenhado o gradil para proteger as lâmpadas. Como todos parecem conhecer as praças com seus monumentos, eu convido a visitarem o

monumento. Desde a sua colocação, em 2004, está lá o gradil com os cadeados. Até hoje eu não achei a pessoa responsável, no Departamento de Iluminação Pública, para abrir aquele gradil, porque foi falado aqui que os artistas têm que proteger as suas obras. Nós criamos, nós passamos por seleções públicas e depois que nós colocamos a obra na Cidade, nós doamos a obra para a Cidade, e nós ainda temos que preservá-la, defendê-la, limpá-la, e comprar lâmpadas. Nós podemos fazer isso, e eu estava falando com o Bira: nós vamos fazer uma campanha. As associações vão se unir e vão fazer uma campanha em 2001. Vamos produzir cartazes educativos que sejam vendidos e vamos contratar uma empresa privada, com a parceria do Poder Público, que, se não tem condições de fazer a limpeza, pelo menos para isso, para tratar desses monumentos com mais dignidade. Agora, como está, realmente, não dá para ficar.

Essa situação que eu trouxe é um exemplo, porque há uma série de regras para colocar o monumento, e depois ele fica lá no escuro. Ele está instalado numa base feita no piso, que é uma estrela, a Estrela de David, iluminada nas suas pontas por lâmpadas que, infelizmente, a manutenção pública não renovou. E o mais irônico é que, ao lado desse monumento, Ver. Sebastião Melo, há um posto da Brigada. Então, ali mesmo há pichação, tráfico de drogas, uma série de coisas. É preciso um esforço muito grande para revertermos essa situação de abandono do nosso acervo público.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Agradeço ao Dr. André Venzon, que prestigiou muito a nossa audiência pública.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente, nosso colega, Ver. Carlos Garcia.

O SR. CARLOS GARCIA: Boa-noite a todos e a todas; ao caro Ver. Reginaldo Pujol; ao André Venzon; à Anete; ao Roni, companheiro de Governo, junto com a Anete; e ao Ubiratan Fernandes, o Bira. Primeiramente, eu quero dizer que, como Vereador desta Casa, eu tive a oportunidade de propor o Prêmio Pedro Weingärtner, quando existia, ao Bira, que era o maior prêmio concedido a um artista aqui de Porto Alegre. Eu conheço o Bira já de muitos anos, sei do trabalho dele, é uma pessoa que, seguidamente, visita o mundo inteiro e volta para fazer suas exposições aqui.

Eu ouvi atentamente todas as falas e algumas coisas me chamaram a atenção. A primeira delas, na manifestação do André, quando falou sobre a livre expressão – e aqui foi muito falada a questão da democracia e da ditadura – e também quando ele se referiu a Napoleão. Hoje, se nós formos analisar, a devolução dos monumentos, das obras de arte, como um todo, é uma dívida, ainda, que tem a Europa, em princípio, em vários países. Nada melhor para a pessoa que produz que ela também possa curtir o que produziu. Mas, hoje, essa não é a realidade mundial.

Eu quero fazer um pequeno histórico sobre a Secretaria do Meio Ambiente. Para as senhoras e os senhores saberem, hoje, nós temos 591 praças em Porto Alegre. Nós somos a Cidade que mais tem praças no Brasil. Dessas 591 praças, 400 têm iluminação. Então, nós temos, hoje, um terço de praças não iluminadas. Quero também colocar que, a cada três semanas, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente devolve à população de Porto Alegre uma praça revitalizada. Só para saber, nesse momento, estão sendo trabalhadas 38 praças: 25 praças estão localizadas na Vila Farrapos – todas as praças da Vila Farrapos estão sendo revitalizadas, dentro do Projeto Integrado Entrada da Cidade – e as demais em outros pontos de Porto Alegre.

Quando colocaram que as praças estariam abandonadas, eu gostaria de registrar que eu não concordo com isso. O sistema de capina de Porto Alegre, hoje – e eu gostaria que vocês acompanhassem esse trabalho -, funciona muito bem. Nós tínhamos uma dificuldade, mas essa dificuldade foi recuperada desde o ano passado. O nosso corte de capina é realizado num prazo máximo de 30 a 35 dias e, de março a setembro, leva até 50 dias. O que acontece? No verão, até os nossos cabelos crescem mais do que no inverno. Então, nós conseguimos montar um processo licitatório que permite que, na época do verão, o corte e a capina sejam feitos de maneira mais intensa.

Nós tivemos a oportunidade também, no ano passado, de lançar o projeto O Povo na Praça. Esse projeto tem um mote: uma praça não ocupada vai ser ocupada por desocupados. Então, o que nós estamos fazendo? Estamos indo ao encontro das comunidades, junto com a nossa equipe de educação ambiental e mais a assessoria comunitária, e estamos instrumentalizando as diversas comunidades para que elas possam, cada vez mais, ocupar as praças, porque as praças da Cidade só existem em função da população. E aí eu quero fazer uma diferenciação entre praças e parques.

Muitas vezes, as pessoas perguntam: “Não dá para colocar um banheiro numa praça?” Não! A SMAM é totalmente contrária à colocação de um banheiro numa praça. Por quê? Porque o princípio da praça é de que os moradores do entorno usufruam dela. Com os grandes parques públicos é diferente, eles recebem uma concentração humana de vários lugares da Cidade. E isso tem permitido que, nos últimos tempos, vários segmentos da Cidade ocupem os espaços das praças com muitas atividades culturais e artísticas, e nós temos incentivado isso.

Agora, realmente nós temos um problema gravíssimo, e todos sabem, com relação aos monumentos e às obras de arte espalhadas na Cidade, nas praças e parques. Temos uma discussão muito grande, em termos de Governo, se realmente seria competência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente ou da Secretaria Municipal de Cultura. Como elas estão em praças, decidiu-se, há muitos anos, que a administração fica sob a égide da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mas a colocação é feita em parceria: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal da Cultura. Se é uma obra que está no Centro da Cidade, passa pelo Programa Monumenta, que também tem uma discussão muito forte, porque muitas áreas são tombadas, e, além disso, passa também pela DIP, que é a Divisão de Iluminação Pública da SMOV.

Mas eu quero contar rapidamente, para não me estender, algumas situações que nós vivenciamos nesses meus quase dois anos à frente da SMAM.

Tive a oportunidade de inaugurar a estátua da Elis Regina, cujo Projeto foi votado aqui por esta Casa, e também a que o Vereador Bernardino Vendruscolo mostrou, do Jayme Caetano Braun, que também foi iniciativa desta Casa.

Foi uma polêmica muito grande o local iríamos colocar a estátua da Elis Regina. Houve um movimento muito grande. Num primeiro momento, inclusive, por parte da comunidade, para ser colocada no IAPI, porque lá nasceu e viveu Elis Regina. Como a praça não era tão própria, depois de muita discussão ficou aqui ao lado da Usina do Gasômetro. Quando ela foi colocada – já com câmeras -, uma semana depois, foi identificada uma pessoa que estava com um estilete colocando seu nome. Foi preso, e ele disse que gostava da Elis Regina, que só ia colocar o nome dele, da mulher e dos três filhos.

Parece uma história simples, mas agora, com a questão da CowParade, nós vimos as pessoas levando uma vaca para casa, riscando as vacas. Na realidade, o Ver. Sebastião

Melo colocou uma questão muito importante: nós temos que trabalhar cada vez mais na educação. Nós fizemos uma cartilha, e a ideia dela – a cartilha é incipiente, ela não conta todos os monumentos – é instrumentalizar a população, principalmente a rede escolar, para que saibam que aquele monumento, aquela obra de arte que está lá tem um sentido, tem um porquê de estar naquele local e, ao mesmo tempo, para que saibam um pouco da história. Isso é o que fazem as pessoas, inclusive nós, quando saímos do nosso habitat, vamos verificar e constatar isso.

O Poder Público tem suas dificuldades, sim, na questão da manutenção. Mas quero colocar hoje, por exemplo, que o DMLU, em convênio com a SMAM, é o responsável por toda a limpeza dos monumentos. Só que monumento e obra de arte, muitas vezes as pessoas acham que “não, tu apagas...” Aí vou contar uma historinha rápida sobre a recuperação do chafariz, ali no Parque Farroupilha: ele veio a Porto Alegre, foi feito; voltou e teve que retornar à Europa, porque a coloração não era aquela. Então, restauração é algo que muitas vezes as pessoas não imaginam.

Nesses dois anos, nós recuperamos algumas obras em Porto Alegre que eu faço questão de dizer. O chafariz do Parque Farroupilha foi uma, mais de 200 mil reais; o monumento a Castello Branco foi recuperado no ano passado. E eu estava falando aqui para o Bira, que, como o autor está vivo, para mexer na obra, tem que se pedir autorização a ele; custou 25 mil, e o autor, para acompanhar o trabalho, cobrou 25 mil reais – isso faz parte do sistema. E só saiu essa restauração porque nós renovamos a adoção com o Moinhos de Vento e o Zaffari. Eles concordaram em bancar o trabalho, mas fizeram uma solicitação para a SMAM: “Nós não queremos adotar por dois anos; fique o mesmo valor por quatro anos”. Como o negócio era bom para ambas as partes, fizemos. Também o Monumento ao Gaúcho Oriental foi recuperado recentemente, sua mão havia sido decepada. Também foi recuperado um outro monumento, cujo nome não me lembro, dentro do Orquidário, no Parque Farroupilha. Por sinal, convido vocês a visitá-lo, ele está sendo recuperado pela iniciativa privada.

O nosso problema de manutenção hoje é que temos gravados no Orçamento 500 mil reais. É pouco, é muito pouco, mas foi votada, aqui nesta Casa, a permissão para adoção de monumentos e obras de arte. Apareceu apenas uma empresa, de São Paulo, que levou as ofertas, mas não voltou ainda com aquilo que eles querem adotar. Foi colocada

para adoção a Praça Garibaldi; ela foi adotada, mas com uma ressalva de quem a adotou: não cuidar do monumento. Foi colocado sobre a Praça Argentina...

Sobre o que o Sr. Sylvio falou, eu quero fazer uma correção, Sr. Sylvio, se o senhor permitir – a história real. O cônsul argentino está muito satisfeito, a população de argentinos também, vou lhe dizer por quê: o que os argentinos queriam para comemorar os 200 anos da República Argentina era o busto de Artigas, que estava colocado perto dos Açorianos, numa área que não era do Município. Tivemos que fazer um contato com o Governo do Estado, pela Secretaria de Administração, que autorizou a mudança, e a Secretaria Municipal de Cultura, SMAM, e o Programa Monumenta, levamos, para a Praça Argentina, o que foi um consenso, o busto do Artigas. Essa é a verdadeira história, que acho importante colocar.

Nessas praças todas nós estamos colocando os xerifes de praças, pessoas voluntárias da comunidade que têm ajudado.

Ver. Bernardino, acho que o seu Projeto permite fazer esta grande discussão, para que possamos ter uma atenção especial com as nossas obras de artes, com os monumentos. Gostaríamos de fazer esse registro de que cada obra de arte está lá, porque tem um sentido de estar lá. Podem ter certeza de que não foi um processo aleatório, não foi por um sorteio, não teve búzios, nem jogo de carta, foi muito bem pensada e escolhido por algumas pessoas que cuidam disso. Pode não ser a melhor iniciativa, mas quero dizer que o Poder Público tem esse zelo, cuidado e carinho, mas o senhor está nos trazendo a oportunidade de discutir, como um todo, aquilo que nós queremos.

Volto a dizer que nós, porto-alegrenses, temos muito orgulho daquilo que se tem na Cidade. Claro que discutimos e que sabemos que merecia um cuidado melhor, mas Porto Alegre ainda é um dos melhores lugares para se viver. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Agradeço a manifestação do Secretário Municipal do Meio Ambiente, nosso colega, Professor Garcia. Ele se alongou um pouco porque se entusiasma com o seu trabalho, que é um trabalho a que todos aplaudimos. O Ver. Bernardino Vendruscolo, requerente desta audiência pública, está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, em primeiro lugar, quero lembrar como iniciei esse processo. Protocolei um Projeto no ano de 2009 e sofri muitas críticas por muitos que aqui estão. Cheguei até hoje e não quis mexer naquilo que estava feito, porque gostaria de contar com a participação dos senhores, e aí eu imaginei que teria essa contribuição.

Já contei várias situações, mas posso ser breve. Gostaria de aproveitar e falar ao nosso Secretário, companheiro de Partido, Ver. Carlos Garcia. Ele diz, por exemplo, que não permite, ou não é da filosofia da SMAM, permitir a construção de banheiros em praças. Isso nós sabemos, até porque a população já aprendeu a fazer xixi e outras coisas atrás das árvores. Nós temos não é acordo, é conhecimento. A cartilha que o senhor diz que tem com o nome das obras de arte, se ela está por aí, e quem conhece é só olhar, não tem um terço das obras de arte registradas, só para lhe dar a resposta. Se, evidentemente, o senhor, que representa uma Secretaria e que tem a obrigação de dar a manutenção a essas obras de arte – e não o dá, e eu acho que o senhor tem dificuldade para isso -, se a sua Secretaria estivesse fazendo essa manutenção, esses, com certeza, não seria um dos assuntos do meu Projeto. É que o senhor não está tendo condições, e é por isso que eu contemplei essa parte no Projeto.

A Ver^a. Sofia sobe a tribuna, e muitos dos senhores – e aqui o Setor de Taquigrafia tem todo o registro, inclusive da minha conversa e a conversa de cada um dos senhores -, subiram a esta tribuna e disseram: “Ver. Bernardino, o senhor não pode, o senhor está errado, está equivocado, o senhor iniciou errado”, enfim, e, no decorrer da conversa, se nós formos analisar, estão de acordo comigo! O Ver. Sebastião Melo tem um problema de memória às vezes – ele é meu colega, eu o respeito, ele também tem problema de memória -, e é, sim, uma luta dele para que esta Casa trabalhasse, e nós trabalhamos, para evitar os Projetos autorizativos. Esse Projeto que está tramitando tem, sim, um viés autorizativo, só que ele é anterior a essa definição, a esse consenso que nós criamos aqui, e eu não mexi nele, para mexer com a companhia e a participação de todos.

Olha, gente, vocês me desculpem, mas, por exemplo, assim, olha aqui (Mostra gravura.), vocês acham que é possível permitir esta obra sem uma autorização de um engenheiro de segurança numa área de visitação pública, pois nós cansamos de ver várias pessoas aqui à noite? Quantas pessoas caíram daqui? Gente, isso tem de ser discutido! Claro que

não estou entrando na questão da obra de arte, porque seria muito fácil. Para mim, é um discurso fácilimo eu sair para a população e dizer: “Olha, isso aqui é uma obra de arte”, mas eu não quero baixar o nível, não quero baixar a discussão, não quero levar para esse lado. Se eu sair por aí e disser para a população: “Olha, vocês sabiam que isto aqui é uma obra de arte?”... (Mostra uma figura.) Atirar para o povo é muito fácil, mas não quero fazer isso e não vou fazer. Eu vim buscar – implorei e insisto – a parceria.

Estou convencido de que há coisas postas ali que estão fora, hoje estou convencido disso. Agora, vocês não venham querer me dizer que, por serem artistas, os senhores têm autorização de botar um equipamento numa área pública, e ninguém pode falar nada. Mas o que é isso? Se o Prefeito, para dar destino diferente a uma área, encaminha um projeto para cá, agora os senhores, o Secretário da SMAM, o engenheiro, o arquiteto ou os senhores aqui acham que têm o direito de botar o equipamento em determinado lugar, e ninguém pode fazer questionamento? E o Prefeito, então, a partir de agora, nessa linha também, não precisará encaminhar mais nada para cá, para dar um destino diferente a uma área pública. Está certo isso?

Estou confessando aqui que não mexi no Projeto. Eu ouvi, naquela Reunião que fizemos na CECE, o mesmo que ouvi aqui hoje: “O senhor não deveria ter proposto”. Mas como eu não deveríamos? Mas quem são os senhores para falar nesse sentido? E quem sou eu para querer fazer um Projeto sozinho? É por isso provoquei esta Audiência Pública. Eu fui à Reunião e estou implorando que vocês me digam: Bernardino, vamos tirar isto aqui, vamos incluir ali, e eu concordo. Agora, do jeito que está, e mais de uma pessoa disse aqui, não dá para ficar. É claro que não dá! Esperar que a SMAM, que o Poder Público – e eu sou a base do Governo, não sou oposição – recuperem essas obras e deem manutenção... Eles não vão dar, não, e nós vamos ficar aqui conversando e esperando o tempo passar.

Então, fica o meu apelo aqui. Acho mais produtor que os senhores nos ajudem; agora, se não nos ajudarem... O meu discurso populista seria ficar reclamando das obras de arte. Isso é muito bonito politicamente, mas onde está a minha responsabilidade? Eu não quero fazer isso e não pretendo fazer; seria a última coisa, legítima defesa, o socorro, a sobrevivência política, mas não é o caso! Eu fiz um apelo aqui. Permitam-me colaborar com vocês também, se vocês analisarem o que estou dizendo, e o que disse muitos dos

que aqui estiveram, vocês vão ver que, no fundo do coração, de cada um de vocês tem alguma coisa dentro daquilo que estou propondo. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Eu quero, antes de encerrar, agradecer a presença de todos que prestigiaram essa nossa Audiência Pública. Exponho uma solicitação do Secretário Municipal do Meio Ambiente de que todas as obras colocadas na Cidade têm responsáveis técnicos que se responsabilizam diante de alguns eventos que pudessem ser danosos, que é a obrigação técnica. Quero agradecer a presença do Airton Ortiz, do escritor, do Giovani Krug, do Eduino de Mattos, do Sylvio Nogueira Pinto Jr, do José Francisco Alves, da Luisa Gabriela Santos, da Isabel De Castro, da Emília Gontow, do Jorge Barcellos, que deram uma contribuição muito expressiva ao nosso debate. Registro, com muita satisfação, a presença dos dois Vereadores, da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Sebastião Melo, e registro uma circunstância muito especial: assinam presença o Ver. Sebastião Melo, ex-Presidente da Casa, e a Ver.^a Sofia Cavedon, futura Presidenta da Casa, de acordo com a composição política que nós montamos. Quero, finalmente, agradecer aos integrantes da Mesa, mais especificamente, ao Roni Marques Corrêa, que aqui esteve na condição de Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; do Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura do Rio Grande do Sul, André Venzon; da Sra. Anete Abarno, representante da Secretaria Municipal da Cultura; do Sr. Ubiratan Fernandes, Presidente da Associação dos Escultores do Rio Grande do Sul; e, finalmente, por ser a mais destacada das figuras aqui presente e por nos ter honrado muito com a sua presença, o Sr. Professor Garcia, Secretário Municipal do Meio Ambiente. Muito obrigado a todos pela presença. Suas contribuições foram anotadas pela taquigrafia, e, certamente, haverão de ser bem utilizadas pelos Srs. Vereadores ao se decidirem sobre esta matéria. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente audiência pública. Muito obrigado a todos. Boa-noite.

(Encerra-se a reunião às 21h42min.)